

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DE JUSTIÇA DOS
PAÍSES IBERO-AMERICANOS – SECRETARIA GERAL**



**MAPEAMENTO DE NORMAS E LEIS
SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA**

(1.ª fase: esquema inicial e fontes)

Programa Eurosocial: Apoio ao Acesso à Justiça
Componente: Fortalecimento dos Mecanismos Alternativos de
Solução de Conflitos (MASC) na América Latina

CRIZIANY MACHADO FELIX
Consultora sócio-jurídica

Outubro/2013



MAPEAMENTO DAS NORMAS E LEIS SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA (1.ª fase: esquema inicial e fontes)

A presente consultoria tem o escopo de fornecer assistência técnica para a realização de uma sistematização acerca do estado de desenvolvimento no qual se encontra a Justiça Restaurativa na Europa e na América Latina, bem como sobre as possibilidades que se apresentam para o Brasil nesse âmbito.

A metodologia contratada divide o trabalho em quatro fases: (i) esquema inicial e fontes; (ii) rascunho do mapeamento; (iii) documento de sistematização das observações e (iv) mapeamento final, dividido por países, juntamente com o informe final da consultoria.

Este relatório parcial consiste na primeira fase requerida, a qual foi dividida em duas partes. A primeira consiste na estrutura inicial do trabalho e uma breve justificativa do sumário. A segunda apresenta a relação das fontes a serem consultadas. Destacamos, quanto a estas, que se trata de um levantamento bibliográfico inicial que poderá sofrer alterações no decorrer da consultoria, porquanto, uma vez que a pesquisa para a atualização dos dados se fará de forma contínua, poderá ser necessária a utilização de outras fontes.

A) PRIMEIRA PARTE: ESQUEMA INICIAL E A SUA JUSTIFICATIVA

Na elaboração do esquema, consideramos relevante apresentar uma estrutura que refletisse as nossas preocupações na identificação dos pontos fulcrais nas legislações analisadas que pudessem servir de base para o desenvolvimento de políticas públicas e reformas legislativas no Brasil, a fim de implementar práticas restaurativas que propiciem agilidade e eficiência no sistema de administração da Justiça.

Com o intuito de atender ao objetivo apresentado, formulamos algumas perguntas que deram origem ao esquema inicial e que serão direcionadas a cada país analisado, nomeadamente:

- Quais os instrumentos/mecanismos de Justiça Restaurativa utilizados?
- Quais os tipos de crimes que são submetidos a programas de Justiça Restaurativa?
- Quem é o órgão gestor do programa restaurativo (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Escola, Comunidade)?
- Quem são os atores (partes, mediadores, apoiadores, comunidade) envolvidos nos procedimentos?
- Quais os princípios (quando expressos) norteadores dos programas restaurativos analisados?
- Qual o momento (pré-processual, processual ou pós-sentencial) em que é disponibilizada a Justiça Restaurativa?
- Como se caracteriza o procedimento adotado para a realização de práticas restaurativas?
- Existem diferenças entre a Justiça Restaurativa e a Justiça Juvenil Restaurativa?
- Caso a resposta ao item anterior seja positiva, quais são essas diferenças?
- Qual a posição da Justiça Restaurativa em face da Justiça Penal tradicional?
- Qual a posição da Justiça Juvenil Restaurativa em face da Justiça (Penal) Juvenil tradicional?

Com base nas respostas às perguntas anteriores, elaboraremos o relatório final da consultoria, que tem por base o seguinte sumário provisório:

Sumário Provisório (estrutura inicial)

Introdução

1) I Parte: Breves aportes teórico-conceituais e metodológicos

1.1) Instrumentos ou mecanismos de aplicação da Justiça Restaurativa

1.2) Incorporação da Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça Penal

1.3) Incorporação da Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça (Penal) Juvenil

1.4) Metodologia utilizada para coleta e tratamento dos dados

2) Parte II: Sistematização das experiências

2.1) Descrição detalhada das experiências existentes em cada país, divididas de acordo com a incidência na Justiça Penal ou na Justiça (Penal) Juvenil

2.2) Quadro comparativo das experiências analisadas

3) Parte III: Recomendações para a aplicabilidade da Justiça Restaurativa no Brasil

3.1) Indicações de possibilidades de aplicação da Justiça Restaurativa sem a necessidade de alterações legislativas no ordenamento jurídico brasileiro

3.2) Recomendações para a implementação de programas de Justiça Restaurativa com a necessidade de ligeiras alterações na legislação brasileira

B) SEGUNDA PARTE: FONTES (LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO INICIAL)

Legislações e outros textos de natureza jurídica que influenciaram as normas e legislações dos países a serem estudados:

Âmbito Global

Resolução do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas n.º 2002/12, de Julho de 2002, sobre os princípios fundamentais a que devem obedecer os programas de justiça restaurativa em matéria criminal

Âmbito Europeu

Recomendação n.º R (99) 19, aprovada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa em 15 de setembro de 1999, sobre mediação penal;

Decisão Quadro n.º 2001/220JAI, do Conselho da União Europeia, de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal.

Âmbito Latino-Americano

Declaração da Costa Rica sobre Justiça Restaurativa na América Latina, de 21 a 24 de setembro de 2005, recomendada no Seminário “Construyendo la Justicia Restaurativa en America Latina” pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente e pela Comunidade Internacional Carcerária

Declaração de Lima sobre Justiça Juvenil Restaurativa, de 07 de novembro de 2009, oriunda do Primeiro Congresso Mundial de Justiça Juvenil Restaurativa

Sites:

Alianza Ciudadana pro Justicia – Panamá

http://www.alianzaprojusticia.org.pa/imagenes/pdf/mediacion_penal_en_panama_acpj.pdf

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/

Association Nationale de la Justice Réparatrice

www.anjr.fr

Blog do Howard Zehr

<https://emu.edu/now/restorative-justice/>

Centre de Services de Justice Réparatrice

<http://www.csjr.org/en/>

Colégio Universitario de Mediación Profesional – Guatemala

<http://www.colegiomediacion.com/aaesp.htm>

Confraternidad Carcelaria de Nicaragua

<http://pfnicaragua.org/index2.php?idcontenido=31>

Corte Suprema de Justicia da Nação – República Argentina

<http://www.csjn.gov.ar/accjust/docs/chaco.jsp>

Direção Geral de Política de Justiça

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/gral/mediacao-publica/sistema-de-mediacao7982>

England and Wales Restorative Justice Online

http://www.restorativejustice.org/university-classroom/02world/europe1/alldocs/index_html/england

European Forum for Restorative Justice

<http://www.euforumrj.org/home>

Federação Argentina da Magistratura e Função Judicial

<http://www.fam.org.ar/FAM.asp?id=257>

Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal

<http://imap.pt>

International institute for Restorative Practices

www.restorativepractices.org

Justiça XXI

<http://www.justica21.org.br/> e <http://www.justica21.org.br/blog/>

Justiça Juvenil Restaurativa

<http://www.justiciajuvenilrestaurativa.org/enfoque.php>

Justiça Restaurativa em Debate

<http://justicarestaurativaemdebate.blogspot.pt/>

Justicia para crecer - Perú

http://www.justiciajuvenilrestaurativa.org/jpc/justicia_para_crecer

Justicia Restaurativa en Linea

<http://www.justiciarestaurativa.org/aroundla/argentina/espacio/view>

Justicia Restaurativa Mexico

<http://justiciarestaurativamexico.blogspot.pt/>

Justice

<http://www.justice.gov.uk/youth-justice/working-with-victims/restorative-justice>

Luxembourg - Centre de Médiation

www.mediation.lu

Mediación Monterrey

<http://blogdemediacionmonterrey.blogspot.pt/2010/07/justicia-restaurativa-en-nicaragua.html>

Ministère de la Justice

<http://www.justice.gouv.fr/>

Option Justice Réparatrice

<http://www.optionjusticereparatrice.org/>

Prison Fellowship International

<http://www.pfi.org>

Programa de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário - Poder Judiciário da Costa Rica <http://www.justiciarestaurativa.org/news/justicia%20restaurativa.pdf/view>

Qu'est ce que la Justice Réparatrice?

www.justicereparatrice.org/

República de Guatemala – Organismo Judicial

http://www.oj.gob.gt/index.php?option=com_content&view=article&id=397:corte-suprema-de-justicia-y-sica-inauguran-curso-regional-de-justicia-restaurativa&catid=125:notic

Restorative Justice Council

<http://www.restorativejustice.org.uk/>

Restorative Justice International

www.restorativejusticeinternational.com

Restorative Justice for all

<http://www.rj4all.info/content/FreeRJ>

Sociedad Científica de Justicia Restaurativa

<http://www.justiciarestaurativa.es/>

The Crow Prosecution Service

http://www.cps.gov.uk/legal/p_to_r/restorative_justice/

The Netherlands - Echt Recht, Family Group Conferencing in the Netherlands

www.echt-recht.nl

United Nations Office on Drugs and Crime

<https://www.unodc.org>

Artigos em revistas científicas que possuem versão digital:

Dávalos, José Ignacio. «La Mediación Penal como método alternativo de resolución de conflictos resultados actuales en la República Argentina». *Direito y Cambio Social*, disponível em http://www.derechoycambiosocial.com/revista022/mediacion_penal.pdf

Díaz, Alexandra. «La Experiência de la Mediación Penal en Chile». *Política Criminal* 5, n 9 (Julho de 2010): 1–67.

MAZO ALVAREZ, Héctor Mauricio. «La mediación como herramienta de la justicia restaurativa». *Opin. jurid.* [online]. 2013, vol.12, n.23, pp. 99-114. ISSN 1692-2530. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-25302013000100007&script=sci_arttext&lng=pt Acedido em 17 de Outubro de 2013.

Artigos em revistas científicas:

Aerstsens, Ivo e Tony Peters, «As políticas europeias em matéria de justiça restaurativa», *Sub Judice* n 37, *Justiça e Sociedade* (Dezembro de 2006): 37–46.

Braithwaite, John. «Shame and criminal justice», *Canadian Journal of Criminology* 42, n 3 (Julho de 2000): 281–298.

Conceição, Ana Raquel. «O assistente e a mediação penal», ed Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, e Susana Aires de Sousa, *Boletim da Faculdade de Direito - Studia Iuridica* III, n 100, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias (2010): 779–792.

Esteves, Raúl. «A novíssima Justiça Restaurativa e a Mediação Penal». *Sub Judice*. *Justiça e Sociedade* (Dezembro de 2006): 53–64.

Huber, Barbara. «Últimas tendencias en materia de negociaciones en el proceso penal alemán». *Revista Penal* n 22 (Julho de 2008): 43–49.

Larrauri, Elena. «Tendencias actuales de la justicia restauradora». *Revista Brasileira de Ciências Criminais* n 51 - Ano 12 (Dezembro de 2004): 67–104.

Santos, Cláudia Cruz. «A Mediação Penal, A Justiça Restaurativa e o Sistema Criminal». *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* n 1- Ano 16 (Março de 2006): 85–114.

———. «Um Crime, Dois Conflitos (e a questão, revisitada, do “roubo do conflito” pelo Estado)». *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* n 3. Ano 17 (Setembro de 2007): 459–474.

Wenzel, Michael, Tyler G. Okimoto, Norman T. Feather, e Michael J. Platow. «Retributive and Restorative Justice». *Law and Human Behavior* 32, n 5 (2008): 375–389. doi:10.1007/s10979-007-9116-6.

Wright, Martin. «Can mediation be an alternative to criminal justice?» Em *Restorative Justice: International Perspectives*, 227–239. New York - Amsterdam: Criminal Justice Press - Kugler Publications, 1996.

Livros:

Aguiar, Carla Zamith Boin. *Mediação e Justiça Restaurativa*. São Paulo: Quartin Latin, 2009.

Almeida, Carlota Pizarro de. «A mediação perante os objectivos do Direito Penal». Em *A Introdução da Mediação Vítima-Agressor no Ordenamento Jurídico Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

Beleza, Teresa Pizarro, e Helena Pereira de Melo. *A Mediação Penal em Portugal*. Coleção SPEED. Coimbra: Almedina, 2012.

Brancher, Leoberto. «Iniciação em Justiça Restaurativa: Formação de Lideranças para a Transformação de Conflitos». Ajuris, 2008.

Ferreira, Francisco Amado. *Justiça Restaurativa: Natureza, Finalidades e Instrumentos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

Garapon, Antoine, Frédéric Gros, e Thierry Pech. *Punir em Democracia - E a Justiça Será*. Traduzido por Jorge Pinheiro. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Gordillo Santana, Luis F. *La Justicia Restaurativa y La Mediación Penal*. Madrid: Iustel, 2007.

Johnstone, Gerry, ed. *A Restorative Justice Reader*. 2nd ed. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2013.

———. *Restorative Justice: Ideas, Values, Debates*. London: Willan Publishing, 2008.

Pallamolla, Raffaella da Porciuncula. *Justiça Restaurativa: da teoria à prática*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

Saliba, Marcelo Gonçalves. *Justiça Restaurativa e Paradigma Punitivo*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

Sica, Leonardo. *Justiça Restaurativa e Mediação Penal: O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

Silva, Maria Coeli Nobre da. *Justiça de Proximidade - Restorative Justice: Instrumento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos para a Vítima*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

Ulf Christian Eiras Nordenstahl, *Mediación Penal: de la práctica a la teoría*, Colección Visión Compartida 04 (Buenos Aires: Editorial Historica, 2005).

Varona, Gema. «Restorative Justice: New Social Rites within the Penal System?»
Dissertação de Mestrado em Sociologia, Oñati International Institute for the
Sociology of Law, 1995.

Vezzulla, Juan Carlos. *Mediação*. 2ª ed. Lisboa: Ministério da Justiça, 2005.

Zehr, Howard. *Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a Justiça Restaurativa*, trad Tônia Van Acker (São Paulo: Palas Athena, 2008).

———. *Justiça Restaurativa*, trad Tânia Van Acher, Da Reflexão à Ação (São Paulo: Palas Athena, 2012).

Capítulos de livros:

Braithwaite, John. «Entre a proporcionalidade e a impunidade: Confrontação - Verdade - Prevenção». Em *Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança*. Distrito Federal: Ministério da Justiça - Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006.

Curtinaz, Shirlei de Hann, e Susiâni Silva. «Justiça para o Século XXI: Semeando Justiça Restaurativa na Capital Gaúcha». Em *Justiça para o Século XXI: Instituinto Práticas Restaurativas - Semeando Justiça e Pacificando Violências*, editado por Leoberto Brancher e Susiâni Silva. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

De Azevedo, André Gomma. «O componente de mediação vítima-ofensor na Justiça Restaurativa: uma breve apresentação de uma inovação epistemológica na autocomposição penal». Em *Mediação de Conflitos*, 159–200. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

- Jaccoud, Mylène. «Princípios, Tendências e Procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa». Em *Justiça Restaurativa*, editado por Catherine Slakmon, Renato Campos De Vito, e Renato Sócrates Gomes Pinto, 163–188. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.
- Lemonne, Ann. «Alternative conflict resolution and restorative justice: a discussion». Em *Repositioning Restorative Justice*, editado por Lode Walgrave, 43–63. Devon-UK: Willan Publishing, 2003.
- London, Ross. «A new paradigm arises». Em *A Restorative Justice Reader*, 5–11. 2nd ed. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2013.
- Machado, Érica Babini Lapa do Amaral, e Ana Cecília Rodrigues Pitt. «A falência do sistema de justiça juvenil e a recuperação restaurativa: mudando as lentes do problema infracional». Em *Mediação de Conflitos, Direitos Humanos e Acesso à Justiça*, editado por Valdênia Brito Monteiro e Kelly Regina Santos da Silva, 47–66. Recife-PE: Gajop, 2012.
- Melo, Eduardo Rezende. «Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais: Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva». Em *Justiça Restaurativa*, 53–78. Coletânea de Artigos. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.
- Nordenstahl, Ulf Christian Eiras. «Contribuições da Vitimologia à Justiça Restaurativa». Em *Justiça Restaurativa e Mediação - políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais*, editado por Fabiana Marion Spengler e Douglas Cesar Lucas, 21–39. Ijuí - RS: Unijuí, 2011.

Pinto, Renato Sócrates Gomes. «Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?» Em *Justiça Restaurativa*, 19–40. Coletânea de Artigos. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.

Sá, Alvino Augusto. «Justiça Restaurativa: uma abordagem à luz da execução da pena privativa de liberdade». *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* (Junho de 2007): 15–23.

Toews, Bart e Howard Zehr, «Ways of knowing for a restorative worldview», em *Restorative Justice in Context: International Practice and Directions* (Cullompton/Portland: Willan Publishing, 2003), 257–271;

Van Ness, Daniel W., e Karen Heetderks Strong. *Restoring Justice: An Introduction to Restorative Justice*. 4^a ed. Cincinnati, Ohio: Anderson Pub, 2010.

Zehr, Howard. «Retributive justice, restorative justice», em *A Restorative Justice Reader*, 2nd ed. (Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2013), 23–35.

Relatórios:

Dierx, Janny. *Penal Mediation in Argentina and the Netherlands. Argentine Practices and Dutch Principles. A comparative investigation*. Paper. Latin-American European Master in Mediation. Buenos Aires, 21 de Dezembro de 2006.